



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. mo Sr.º Presidente da Assembleia da República

1 – De acordo com notícias recentemente publicadas, o edifício do tribunal sede da Instância Local de Monção não possui rampas de acesso e elevador para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, situação esta que já tem dado azo a queixas de utentes, funcionários, magistrados e juristas, tendo já sido inclusivamente denunciada pela delegação da Ordem dos Advogados de Viana do Castelo;

2 – Existem já casos de pessoas que se lesionaram após caírem nas escadas, outros de cidadãos que tiveram de ser carregados ao colo para o interior do Tribunal, e inclusivamente o caso de um cidadão que, porque se deslocava em cadeira de rodas, teve de ser casado na rua, não tendo os signatários conhecimento de situação equivalente em qualquer outro tribunal da Comarca de Viana do Castelo;

3 – Urge, no entender dos signatários, a realização de obras que permitam o acesso ao R/C e ao 1º Andar do tribunal sede da Instância Local de Monção a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

4 - Esta situação foi já, em tempos, reportada à Ministra da Justiça, que encaminhou a questão para a Divisão de Infraestruturas da Justiça;

Tendo presente que:

Nos termos do disposto no artº. 156º, alínea d) da Constituição, é direito dos Deputados «fazer perguntas ao Governo sobre quaisquer actos deste ou da Administração Pública e obter resposta em prazo razoável»;

Nos termos do artº. 155º, nº. 3 da Constituição e do artº. 12º, nº. 3 do Estatuto dos Deputados, «todas as entidades públicas estão sujeitas ao dever geral de cooperação com os Deputados no exercício das suas funções ou por causa delas»;

Nos termos do disposto no artº. 229º, nº. 1 do Regimento da Assembleia da República, as

perguntas apresentadas pelos Deputados são tramitadas por intermédio do Presidente da Assembleia da República com destino à entidade requerida, tendo esta o dever de responder conforme o disposto no nº. 3 do mesmo preceito;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados vêm por este meio requerer à Senhora Ministra da Justiça, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, se digne responder às perguntas seguintes:

- 1 – Tem V. Exa. conhecimento desta situação?
- 2 – Que medidas foram propostas internamente, nomeadamente pela Divisão de Infraestruturas da Justiça?
- 3 – Para quando se pode esperar a construção dos acessos a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida ao tribunal em evidência?
- 4 - Existe alguma verba prevista, para este efeito, no orçamento do Ministério da Justiça?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 10 de Fevereiro de 2016

Deputado(a)s

ABEL BAPTISTA(CDS-PP)

TELMO CORREIA(CDS-PP)

VÂNIA DIAS DA SILVA(CDS-PP)